

Centro de Estudos Baianos

FREDERICO G. EDELWEISS

FREI MARTINHO DE NANTES

CAPUCHINHO BRETÃO, MISSIONÁRIO E CRONISTA EM
TERRAS BAIANAS

PUBLICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

83



Composto e impresso na
Gráfica Universitária
Salvador - Bahia

30 de Julho de 1979

FREI MARTINHO DE NAVTES

FREI MARTINHO DE NAVTES
CAPUÇINHO BRASILEIRO, MISIONÁRIO E GEÓGRAFO EM
TERRAS BAIANAS

SALVADOR - BAHIA
1979

APRESENTAÇÃO

Inexplicavelmente, este trabalho, de real valor para os estudos baianos, somente agora é posto à disposição dos interessados, graças ao auxílio financeiro concedido ao Centro de Estudos Baianos pelo Professor Manuel Diêgues Júnior, quando à frente do Departamento de Assuntos Culturais do MEC.

Encontramo-lo em duas versões, a primeira sob forma de conferência, que foi pronunciada a 3 de agosto de 1971 no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A segunda, o texto, que ora apresentamos, visivelmente preparado para publicação, continha notas e anexos inclusos, além de observações denunciadoras da intenção do autor em concluí-lo integralmente.

O interesse do tema em apreço e o conceito de que sempre desfrutou o autor, um dos mais rigorosos analistas do nosso passado, impuseram os esforços empregados para sua edição. Para cumprir tal desiderato, no entanto, mister se

ria atualizar algumas notas e completar os quatro anexos restantes, do total dos sete aludidos por Edelweiss. O fato de aquele publicista ter registrado, em anotação apensa ao trabalho, com a meticulosidade de sempre: "faltam quatro anexos", evidencia que não dera por concluída a sua tarefa e certamente desejava completar os anexos referidos.

Visando a efetivar o nosso objetivo, e preservando o rigor com o qual aquele professor sempre elaborou seus estudos, apelamos para os serviços profissionais de Thereza de São Carvalho, a fim de que tomasse a si a referida incumbência. Consideramos inteiramente dispensável ressaltar o zelo e o carinho com que a eficiente bibliotecária levou a termo essa tarefa, tão conhecida é a sua competência em nosso meio.

Somos imensamente grata, ainda, à bibliotecária Maria do Carmo Pondê que, desinteressadamente, com sua reconhecida capacidade, incumbiu-se da revisão do texto em apreço.

Feitas estas considerações que nos parecem justas e indispensáveis, desejamos, mais uma vez, pôr em destaque a contribuição do Professor Edelweiss aos estudos relacionados com a ação missionária dos capuchinhos em terras baianas - uma das suas constantes preocupações de historiador. Lembramos, na oportunidade, a edição por ele própria diligenciada e financiada da "Relation Succincte & sincère, do Père Martin de Nantes", em cujo prefácio demonstrou o interesse que o tema lhe despertava.

É oportuno ainda um esclarecimento ao leitor a respeito da composição deste texto, que difere do padrão tipográfico dos números anteriores, providência adotada por esta diretoria, visando o barateamento da edição. Esta é a única forma que encontramos para divulgar edições dessa natureza.

Consuelo Pondê de Sena

Diretora do Centro de Estudos Baianos

FREI MARTINHO DE NANTES, capuchinho bretão, missionário e cronista em terras baianas.

Conferência pronunciada no dia 03 de agosto, quando fez trezentos anos da chegada de Martinho de Nantes e Anastácio de Audierne à Bahia.

Por Frederico G. Edelweiss

A permanência dos capuchinhos bretões em terras baianas restringe-se a escassos trinta anos, e tudo que deles, até recentemente, se conhecia não passava de extratos servidos do livro que nos deixou Frei Martinho de Nantes: *Relation Succincte et Sincère du Père Martin de Nantes, Prédicateur Capucin, Missionnaire Apostolique dans le Brésil par mi les Indiens appelés Cariris.*

Foi impresso em Quimper, sem data, mas à vista das licenças deve ter aparecido em 1707.

De vinte anos a esta parte foram publicados dois estudos¹, que acrescentam valiosas achegas à narrativa do frade cronista, um tanto lacônica, a respeito de certas ocorrências e claudicante, por vezes, sobretudo na sucessão cronológica dos episódios. Tais falhas se explicam pela ausência de diário, pelo dilatado intervalo entre os fatos e o seu registro em idade avançada.

Sucessivas pesquisas e análises já permitem jun

tar hoje alguns novos esclarecimentos aos anteriores, aliás muito oportunos neste ano marcado por duas efemérides conexas: o tricentenário da vinda de Frei Martinho de Nantes ao Brasil e o cinquentenário da criação dos Estudos Portugueses na Universidade de Rennes, na Bretanha.

Tornemos, pois, a seguir, as pegadas de Frei Martinho, retocando na trajetória aqueles trechos em que documentos ou confrontos revelam falhas de memória do capuchinho, ou acrescentam às suas linhas informes complementares de certo interesse.

Em 3 de agosto de 1971 fez trezentos anos que de um dos navios da frota de Lisboa saltaram, na Bahia, dois capuchinhos bretões: Frei Martinho de Nantes e Frei Anastácio de Audierne, vindos com destino às suas missões do Nordeste com sede em Recife, para onde seguiram após doze dias de descanso.

A presença um tanto surpreendente de capuchinhos franceses no território fechado do Brasil português é uma das decorrências fortuitas da ocupação holandesa em Pernambuco.

Em 1634, os capuchinhos da província de Bretanha iniciaram a evangelização da Guiné portuguesa e, sendo bem sucedidos, os superiores reforçaram o tímido início por sucessivas levadas de confrades.

Os quatro que para lá foram enviados em 1641 caíram prisioneiros dos holandeses, que os trouxeram para Pernambuco².

A sua chegada foi providencial para Maurício de Nassau, governador daquela conquista, de 1637 a 1642, pois assim pôde ele atender em parte às reclamações dos habitantes por padres católicos, visto serem os franceses amigos dos holandeses naquela época e assim dificilmente favoreciam os portugueses em suas ações contra os holandeses.

O que sabemos das atividades iniciais dos barbadiños bretões em terras pernambucas está contido na carta que um deles, Frei Colombino, dirigiu aos seus superiores, em 25 de agosto de 1643³.

O seu comportamento cívico visto do lado português parece ter sido irrepreensível. Chegaram por isso a merecer elogios e proteção do próprio Rei D. João IV de Portugal⁴. Além disso, o Tratado de Aliança com a França, em 1641⁵, já criara para os capuchinhos bretões uma situação privilegiada, depois da expulsão dos holandeses, sendo-lhes facultada a permanência no território brasileiro e mais tarde o recebimento de reforços da mesma procedência. O seu número, entretanto, foi sempre reduzido.

Quando Frei Martinho e o seu companheiro Anastácio ali chegaram, em 1671, encontraram no hospício da Ordem três confrades. Na época os capuchinhos também dirigiam duas missões: a dos cariris, na Paraíba, fundada por Frei Teodoro de Lucé e outra entre os índios rodelas, administrada por Frei Francisco Donfront. A vice-prefeitura brasileira dos capuchinhos bretões contava, pois, sete membros no começo da década de setenta, do século dezessete⁶.

Resolvido a dedicar-se à conversão dos índios, Frei Martinho passou-se à missão cariri de Frei Teodoro de Lucé, em novembro de 1671; porém, devido ao longo período de calamitosa seca que periodicamente assola a região, dificultando grandemente a catequese, pela dispersão dos índios à procura de meios de subsistência, e, tendo sido informado de que nas margens do Rio São Francisco também viviam cariris, resolveu transferir-se para aquelas bandas algo menos hostis. Ali, além de Frei Francisco, também se fixara entrementes Frei Anastácio.

Frei Martinho escolheu para campo de ação as aldeias cariris situadas vinte léguas acima da missão dos ro

delas e ali chegou em fins de 1672, já inteirado da experiência dos seus dois confrades da região, com os quais trocara idéias durante os tres meses gastos na viagem rio acima para a ilha de Aracapã⁷, onde veio a estabelecer a sede da sua missão.

Cerca de dez anos dedicaria Frei Martinho aos seus Índios cariris do São Francisco. Imenso trabalho devia-lhe dar a aprendizagem da língua e a sua adaptação ao ensino religioso. Que deu conta da tarefa evidencia a entrega, a Frei Bernardo de Nantes, dos manuscritos de um dicionário, dos rudimentos do catecismo e da gramática do dialeto local do cariri, que diverge do das tribos cariris convertidas em território baiano pelos jesuítas e fixado pelo Pe. Luis Viçêncio Mamiani⁸.

Essas primícias de Frei Martinho certamente foram desenvolvidas por Frei Bernardo, que chegou a publicar o catecismo, auxiliado por vinte e três anos de catequese e convivência, conforme declara no prefácio da sua obra⁹.

Pouco nos conta Frei Martinho das suas labutas diárias e da vida dos seus Índios. Entregou-se totalmente à sua conversão e defesa contra os agressores ocasionais¹⁰ e a interminável malquerença dos curraleiros da Casa da Torre. Se desta maneira muito se lhe deve na paulatina incorporação dos seus conversos, como relator da sua cultura e do seu ambiente geográfico ficou muito abaixo do seu irmão de Ordem, Cláudio de Abbeville, que, em escassos quatro meses, graças à generosa colaboração de intérpretes conterrâneos, cultos e plenamente identificados ao meio ambiente por longa permanência, soube colher no Maranhão, e muito antes, insuperada soma de informações de toda sorte¹¹.

Para Frei Martinho, como aliás para a maioria dos antigos missionários, as tradições dos Índios não passavam de extravagâncias irracionais, ou injunções diabólicas. Se

assim mesmo delas nos transmite, no início e no fim do seu livro¹², alguns episódios de um herói cultural cariri e das velhas crenças desses Índios, fá-lo mais para evidenciar a sua lastimosa ignorância do que para servir à mitologia¹³.

Mais apreciáveis são as suas informações sobre a conquista do sertão, as lutas decorrentes com os Índios e as desavenças com um dos principais sertanistas, o segundo Francisco Dias de Ávila. Da expedição do Rio Salitre, abstraindo a data, Frei Martinho é fonte essencial, participante que foi com os Índios das suas quatro aldeias, a pedido do governador-geral.

Francisco Dias de Ávila já era então sesmeiro de cerca de oitenta léguas de terras ao longo do rio São Francisco, a partir de trinta léguas da foz acima de Juazeiro. Os currais multiplicavam-se e os peões defendiam os seus rebanhos contra os Índios famintos ou revoltados com a invasão do seu velho território. Em 1675, mais de 800 silvícolas se haviam unido e levantado. Destruíram currais, matando os seus moradores e dizimando os rebanhos. O clamor de Dias de Ávila e o receio da generalização do conflito levou o governador-geral a ordenar uma expedição punitiva¹⁴, que, do nome do rio em cujas margens os beligerantes tomaram contato, passou a chamar-se *Campanha do Salitre*¹⁵. Batendo em retirada, os Índios atravessaram o rio São Francisco, embrenharam-se na margem esquerda e, dias depois, semimortos de fome, entregaram-se com garantia de vida. Segundo Frei Martinho eram uns quinhentos guerreiros com suas mulheres e crianças. A despeito da promessa dada, dois dias depois foram massacrados todos os homens na ausência do capuchinho, e as mulheres e as crianças levadas como escravas¹⁶.

Tais represálias extremas, repetidas cerca de dois anos mais tarde em Canabrava contra os cariris, da missão dos jesuítas¹⁷, deviam abalar sensivelmente a confiança dos Índios nos missionários, que não puderam ou não quiseram pro

tegê-los. Eram as tais *guerras justas* adrede engendradas pelos grandes latifundiários para garantir o seu domínio absoluto do sertão e obter escravos.

Frei Martinho de Nantes voltou do Salitre sem maior detença a fim de empreender uma viagem à Capital, programada havia algum tempo, em busca de suprimentos indispensáveis. A caminhada consumia pelo menos 25 dias; quatro índios serviam de proteção à matalotagem de farinha, carne e peixe secos.

Como o Governador-Geral Afonso Furtado havia falecido no ano anterior¹⁸, um triunvirato tomara o seu lugar¹⁹. O capuchinho fez-lhe um relato da referida campanha do Salitre e teve ensejo de eximir-se da acusação aleivosa de estar fazendo proselitismo a favor da França.

Era uma acusação ridícula, mas o primeiro indício evidente da ferrenha campanha que Francisco Dias de Ávila moveria com os seus apaniguados durante a vida inteira contra quaisquer missões dentro das suas sesmarias, embora o rei tivesse garantido a todas uma área mínima correspondente a uma légua em quadro. Até certo ponto é compreensível essa aversão, pois na dura luta pela vida do sertão, a idéia dos índios a respeito do direito de propriedade e de léguas devia ser pelo menos tão lata quanto continua até hoje, em certas regiões, e a fome não reconhecera linha divisória.

Deve ter sido por ocasião dessas duas ausências que Frei Martinho sentiu mais vivamente a falta de coadjutor; chamou, pois, Frei Anastácio para a sua companhia e confiou-lhe a missão de Pambú²⁰.

A terrível seca de 1678 a 1681 agravou as relações dos capuchinhos com a Casa da Torre. Os curraleiros vizinhos da missão na ilha de Uracapá, para salvar as águas remanentes, acabaram por levar para ali umas duzentas cabeças, obrigando os índios a cercarem as suas roças. Mesmo as

sim as manadas bravias arrombavam as caiçaras, devastando aqui e ali as indispensáveis plantações. Frei Martinho correu diretamente a Dias de Ávila, que ali apareceu num domingo para assistir à missa, pedindo a sua interferência em defesa dos índios, que tão bons serviços lhe haviam prestado na expedição do Salitre. Diante da sua negativa houve discussão acalorada, com sarcástica alusão de Frei Martinho à desproporção flagrante entre a imensidade dos domínios da Casa da Torre e a pequenez do seu chefe, pois Francisco Dias de Ávila era de estatura bem abaixo da média. Como o sertanista se mostrasse irreduzível, Frei Martinho achou de bom alvitre dirigir-se ao governador por carta.

O expresso voltou sem ao menos conseguir uma resposta²¹. Naturalmente Dias de Ávila lhe havia exposto a situação à sua maneira com a devida antecedência. Frei Martinho voltou à carga com o recrudescimento da seca sem que lo grasse qualquer pronunciamento; mas, quando viu também ignorado o terceiro apelo mais aflitivo, vendo a cavalhada devastar as já minguadas plantações, deu ordem para tangerem os animais da sua ilha. Não sacrificaria os seus cariris, os legítimos donos daqueles carrascais, às águas e aos caprichos da Casa da Torre.

Capacitando-se, entretanto, da violenta reação que semelhante desacato devia provocar num homem da prepotente ascendência do segundo Francisco Dias de Ávila, que acabava de devastar os Ínvios sertões de além São Francisco durante quatro anos a fio, sem aparecer aos seus familiares, Frei Martinho resolveu empreender a sua segunda viagem à Bahia para inteirar-se da situação e pessoalmente advogar os seus direitos. Seria em fins de 1679. Frei Martinho não o diz, mas registra sua chegada em Salvador, na véspera das ruidosas festas em regozijo do contrato de casamento da infanta D. Isabel com o duque de Saboia²².

É de 5 de setembro de 1679 a carta do príncipe re

conduto do governador em troca de um bilhete em que Dias de Ávila se declarava amigo dos capuchinhos bretões.

Animado por tanta ingenuidade, Dias de Ávila pediu ainda um atestado de boa convivência, que dizia precisar para obter novos favores da Corte, em compensação dos gastos feitos e grandes serviços prestados nas devassas do sertão. O frade, embora começando a ficar meio desconfiado, acabou concertando com ele a seguinte declaração de seu punho que lhe entregou:

"Eu, Frei Martinho de Nantes, capuchinho francês, missionário apóstolico no Brasil entre os índios chamados cariris, no Rio de São Francisco, em terras do Sr. Francisco Dias de Ávila, por doação do sereníssimo rei de Portugal, declaro, que, há sete anos, eu e meus companheiros dirigimos em paz a nossa missão entre os referidos índios cariris".

Feito na Bahia, em do ano de 1683²⁷
ass. Frei Martinho

Dias de Ávila derramou-se em compreensíveis agradecimentos e o frade, todo ufano da sua complacência e do seu tino político, seguiu viagem. Entretanto, devido às crescentes dificuldades no percurso, pois a seca recrudescera, levou mais de trinta dias para vencer as 150 léguas. Em compensação, a recepção festiva que lhe fizeram os confrades e os índios apagou em breve todas as agruras da viagem. Os próprios curraleiros, que na sua maioria apreciavam os capuchinhos, folgaram visivelmente com a boa nova da conciliação entre o seu senhorio e os missionários.

Eis que, decorridos cerca de três meses da sua chegada, Frei Martinho recebeu longa missiva com duas notícias alvoroçantes. Provinha de Frei Luís, outro capuchinho brasileiro, seu companheiro de ordenação, chegado na frota de Lisboa pouco depois da sua saída da Cidade do Salvador. Trou-

xera o alvará firmado pelo príncipe regente, em 11 de dezembro de 1679, concedendo licença aos capuchinhos franceses de erigirem um hospício na capital²⁸ e recomendando aos governadores de favorecerem a obra que ele tomava debaixo da sua proteção²⁹.

Foi uma comunicação deveras grata a Frei Martinho, que desde o ano de 1676, por ocasião da sua primeira viagem a Salvador, vinha insistindo junto a seus superiores nessa construção, já havendo então tomado posse de um terreno apropriado.

Desgraçadamente, como destoava desta primeira notícia a segunda parte da carta, a cuja leitura Frei Martinho devia ter caído das nuvens! Relatava que o governador estava terrivelmente exasperado com ele e nem admitia que se lhe falasse a seu respeito, pelo motivo seguinte, ao que lhe confidenciou uma pessoa acima de qualquer suspeita³⁰:

"Apenas dois dias após a partida de Frei Martinho, Dias de Ávila foi procurar o governador e, com maliciosa reverência, falou-lhe mais ou menos assim: "Vossa Excelência irá conhecer hoje o caráter do missionário que o veio surpreender com a máscara de santidade. Eis uma sua declaração do próprio punho, atestando o contrário do que lhe afirmou a meu respeito, e, eis o salvo-conduto que V. Excia lhe forneceu. Entregou-mo, fazendo pouco caso e achando que não valia a pena levá-lo".

É fácil imaginar a perplexidade de Roque da Costa Barreto, um dos mais dignos dos nossos governadores, que, na palavra de Antônio Vieira, terminaria a sua gestão "mais pobre de fazendas e mais rico de opinião do que muitos dos seus antecessores"³¹.

Frei Martinho comunicou o conteúdo da carta aos seus companheiros e ambos convieram na necessidade de ampla justificativa escrita. A terceira redação teve finalmente

aprovação unânime e foi enviada a Frei Luís com a recomendação de a submeter ao governador somente quando tivesse a certeza de que seria lida.

Os capuchinhos nunca souberam por quem Roque da Costa foi informado de toda a trama, conforme ele mesmo declarou a Frei Luís meses depois, lastimando apenas o fornecimento do atestado por Frei Martinho, documento que o impediria de desterrar Franciscó Dias de Ávila para Angola, certamente um castigo muito drástico para um desbravador com a folha de serviços de um Francisco Dias de Ávila, mas compreensível para a época. Que a sua situação se tornara periclitante se vê, por exemplo, na carta régia de 6 de março de 1681³², que "com todo segredo" manda tirar devassa do seu procedimento e ordenado ao governador que faça tudo para os capuchinhos não terem nenhum estorvo em sua missão³³. Evidentemente, a proteção que a rainha dispensava aos capuchinhos bretões pesava mais do que as andanças e intrigas da Casa da Torre, que até parece ter movido o Senado da Câmara a enviar à Corte uma representação contra os barbadinhos franceses³⁴.

Cerca de um ano depois desses acontecimentos chegou à ilha de Aracapá Frei Bernardo de Nantes, com a ordem que encarregava Frei Martinho da construção do hospício na capital³⁵.

Mister foi, portanto, partir; mas, Frei Martinho não abandonaria os seus índios da noite para o dia, sabedor que era da sua inconstância. Ficou assim mais cinco meses, a fim de instruir Frei Bernardo na língua cariri³⁶ e familiarizá-lo no estranho modo de vida em grande parte condicionado pelo áspero meio geográfico. Deixou-lhe por fim um dicionário cariri, esboços de gramática e catecismo bilíngue, além de alguns textos religiosos.

Em meados de 1682 despediu-se das suas queridas al

deias, por entre lágrimas e lamentações, sendo acompanhado durante largo estirão rio abaixo por um grupo mais expansivo. Visitou as missões dos aramurus e do Poxim³⁷, discutindo com os seus confrades certas adaptações, que a experiência impunha.

Chegou à capital pelo fim de agosto, três meses depois da partida do Governador Roque da Costa Barreto, já no governo de Antônio de Souza de Menezes³⁸. Mal teve tempo de avistar-se com Frei Luís de Tiffauges, que estava de partida para o Rio de Janeiro.

Começaria por tomar posse das humildes casinhas provisórias, que haviam sido levantadas.

A quem devemos atribuir essas obras iniciais?

Frei Martinho é muito lacônico nos episódios em que não foi parte atuante, mas depreende-se da sua narrativa, que entre a segunda visita à Bahia e a sua transferência definitiva, ou seja do início de 1680 a meados de 1682, chegaram com destino à Bahia quatro novos capuchinhos: Frei Luís de Tiffauges, Frei Bernardo de Nantes³⁹, Frei Basílio de Faouet e Frei João Batista de Croisic. Frei Luís, com um companheiro, viriam na primeira frota chegada antes do fim de março de 1680, trazendo as licenças e recomendações da Corte; os outros dois aportariam em frota mais recente, com as ordens de transferência de Frei Luís para o Rio de Janeiro, de Frei Martinho para a Bahia e de Frei Bernardo para o Rio São Francisco.

Não pode, porém, haver dúvida de que grande parte da responsabilidade na construção do conventinho provisório cabe a Frei Luís de Tiffauges. Foi ele o portador do alvará de 11 de dezembro de 1679⁴⁰ e é para substituí-lo dois anos mais tarde que Frei Martinho foi transferido para a Bahia.

A trabalhosa escolha de um local adequado para o convento definitivo, da qual dão conta as Cartas do Senado

da Câmara sem citar nomes⁴¹, também deve ser assim levada principalmente à sua conta. Será o terreno finalmente escolhido o mesmo a que alude Frei Martinho à p. 181, ou aquele que foi doado aos capuchinhos italianos por Manuel Dantas Pereira, em 1679⁴², ou tratar-se-ia da escolha de Frei Luís de um terceiro? Não o sabemos. Indiscutível é apenas um fato: nem os capuchinhos franceses, nem os italianos se atreveriam a construir, mesmo casa provisória, sem ordem da Corte, que só os primeiros obtiveram.

A tarefa mais espinhosa de Frei Martinho devia cifrar-se no criar um ambiente benévolo com os homens do governo, as entidades eclesiásticas e seculares. Principalmente o Senado da Câmara lhe era adverso, pela sistemática difamação oriunda da Casa da Torre⁴³. Entretanto, a proteção manifesta da rainha, que se havia declarado protetora dos capuchinhos franceses em carta pessoal ao Senado⁴⁴, facilitou lhe certamente os passos iniciais, e a sua atividade e seu trato afável não tardariam a grangear-lhe a merecida benevolência. Pôde neutralizar também novas acusações do renitente Dias de Ávila, provando de certa feita que na Casa da Torre se forjavam denúncias, datando-as das margens do médio São Francisco. Tácito e vigilante armistício manteve, daí por diante, os dois partidos à distância, até que, por seus conselhos ponderados a Francisco Dias, numa contenda com os jesuítas, Frei Martinho conseguiu firmar em *modus vivendi* mais cordial nas aparências.

Novas nuvens inquietantes pareciam, porém, acumular-se com a vinda do segundo arcebispo, Frei João da Madre de Deus, que, embora franciscano, veio prevenido contra os capuchinhos bretões, ainda por efeito das múltiplas artimanhas do poderoso sertamista⁴⁵. Felizmente, o prelado soube orientar-se com pessoas imparciais e Frei Martinho teve nele um dos seus melhores amigos, até o momento em que a febre amarela o levou desta vida, a 13 de junho de 1686.

Entretanto, a construção do Convento da Piedade progrediu com vagar, mas não sofreu interrupção. As contribuições iam chegando parcimoniosamente, porque estavam em tão em andamento obras de vários conventos, como as de Santa Tereza, de Santa Clara, de São Bento, além dos consertos da Sé-Catedral⁴⁶.

Em 1686, a Bahia foi assolada pela terrível epidemia da *bicha* (febre amarela), que a desfalcou de muitos artífices. Martinho de Nantes foi também uma das vítimas, mas conseguiu escapar com vida, embora com agravamento de outros achaques⁴⁷.

A despeito de todos os contratemplos, ao entrar o ano de 1687, terminara o quadrilátero do primitivo convento com o claustro, mas ainda não começara a igreja e devia apreciável quantia ao mestre de obras⁴⁸.

No primeiro semestre de 1687 a direção do convento fora confiado a Frei Barnado de Nantes⁴⁹ e Frei Martinho, cujo estado de saúde devia ser precário, dispunha-se a seguir na primeira frota em busca de tratamento⁵⁰.

Como se espalhou a notícia, Frei Martinho recebeu diversos oferecimentos. O Marquês das Minas, que deixava o governo e o negociante flamengo, Carlos de Moor, que também se retirava, ofereceram-lhe cômodos mais confortáveis nos seus navios e Francisco Dias de Ávila enviou-lhe diversos presentes, inclusive apreciável esmola para as obras da sua igreja, com a promessa de novas contribuições no futuro, mas não sem recomendar-lhe: "Faça-me vossa paternidade boas ações no Reino"⁵¹. Naturalmente ambicionava mais algumas sesmarias no Piau e Maranhão.

Frei Martinho acabou decidindo-se, de comum acordo, pelo barco do flamengo. Partiria talvez ainda em junho, pois o 2º Marquês das Minas, que lhe ofereceu lugar em sua fragata, deixou o governo em 04 de junho de 1687 e, como ve

mos no oferecimento do negociante Carlos de Moor⁵², o seu navio, que seguiria no mesmo comboio, na ocasião já estava pronto para levantar ferros. Como a viagem levou exatamente três meses, Frei Martinho estaria em Lisboa antes de fins de setembro, data que se enquadra perfeitamente nos sucessos ulteriores do seu relato.

Sem maiores delongas foi render homenagens ao Rei D. Pedro II e a seguir ao Nuncio Bicolomini, a cujo pedido redigiu um histórico resumido dos seus dezesseis anos passados no Brasil, relato que acabou constituindo, um tanto desajeitadamente, a primeira parte do seu livro acima referido.

Mas, à chegada de Frei Martinho em Portugal, na segunda metade do ano de 1687, em evidente contraste com a cordialidade aparente do rei, sensível alteração se processava nas relações exteriores do Reino, ainda mesmo com o Estado Papal. O colbertiano econômico posto em voga pelo Ministro D. Luís de Menezes tendia a um xenofobismo de mais a mais estreito, que impunha aos missionários estrangeiros certos compromissos de fidelidade ao rei, os quais foram julgados inaceitáveis pelos capuchinhos franceses. Em decorrência, o Brasil foi interditado a Frei Martinho e companheiros. Os que ainda se achavam no Brasil foram substituídos por padres de outras ordens, à medida que faleciam ou resolviam retirar-se. O seu número nunca chegou a ser grande. A lista anexa, de 1687⁵³, dá o total de 17 capuchinhos franceses então residentes no Brasil, 14 dos quais estavam sediados no convento da Bahia e nas missões do São Francisco.

Não podendo, pois, Frei Martinho voltar ao Brasil, a despeito de todos os elogios vindos da Bahia para o rei e reforçados pelo convite pessoal que lhe fez o novo arcebispo⁵⁴, não havia razões para maior detença em Lisboa. Embarcou, assim, a 19 de dezembro de 1687 para Saint Malo, onde chegou a 21 de janeiro de 1688.

Daí por diante escasseiam os dados a seu respeito.

Nas aprovações do seu livro, em 1706, era guardião do Convento de Quimper. Ali receberia, de quando em vez, notícias das suas antigas missões, dos seus amigos e desafetos. Soube também das novas investidas de Francisco de Ávila contra os seus confrades no São Francisco, quando informado do cerceamento dos capuchinhos bretões no Brasil. Comenta o fim prematuro e melancólico desse incansável e despótico sertanista, mas não afirma, que, abandonado pelos seus, acabou por refugiar-se na missão de Aracapá, como se tem publicado por engano. Quem solicitou asilo foi o preposito de Dias de Ávila, de nome Francisco Pereira⁵⁵

Francisco Dias de Ávila, o segundo deste nome, morreu entre meados de 1693 e meados de 1694⁵⁶. Não contava ainda cinquenta anos, mas tornara-se dono de latifúndios, que na estimativa de Antonil⁵⁷ atingiam a 260 léguas pelo rio São Francisco acima, à mão direita para o sul e 80 léguas do dito rio para o norte.

Documentos citados por Francisco Leite de Faria⁵⁸ atestam a presença de Frei Martinho no hospício dos capuchinhos franceses em Lisboa, de meados de 1712 a meados de 1714, quiçá afagando a esperança de poderem os capuchinhos franceses retomar as suas atividades missioneiras no Brasil⁵⁹. Fazemos votos para que os arquivos ainda nos revelem melhor as últimas etapas da trajetória desse insigne defensor dos índios cariris. Imaginamo-las pontilhados de serena quietude dos justos, propícios à evocação da vida dura e variada das caatingas esturricadas do sertão baiano, das corredeiras cachoantes e traiçoeiras do São Francisco. Lastimaria, vez por outra, o futuro incerto dos seus neo-cristãos e catecúmenos versáteis, das numerosas tribos ainda arredias da fé cristã e do seu convento carecente de igreja.

Depois da retirada de Frei Martinho os capuchi

nhos franceses ainda se mantiveram quinze anos no Brasil, se bem que a falta de reforços condenasse os seus estabelecimentos à extinção. Essa falta de futuro teve necessariamente um pronto efeito elanguescente, que se reflete nas minguas das notícias diretas chegadas até nós. Mesmo a descrição pormenorizada do rio São Francisco e dos habitantes das suas margens, feita por Francisco de Lucé ainda ao tempo de Martinho de Nantes, não se conhece ao certo⁶⁰. Leite de Faria transcreve do mesmo capuchinho o resumo de um relatório identico, que ele julga redigido por volta de 1700⁶¹. Se assim for, trata-se de um segundo, pois o primeiro estava feito quando Frei Martinho voltou à Europa⁶².

Uma carta de Frei Bernardo de Nantes, de 29 de junho de 1691⁶³, pouco acrescenta ao que já nos informa Frei Martinho sobre os seus confrades. Um relato mais circunstanciado das missões cariris feito pelo mesmo e abrangendo o período de 1682 a 1700, que se acha provavelmente nas mãos de um bibliófilo⁶⁴, talvez possa esclarecer pelo menos as principais dúvidas que parem sobre os últimos anos de permanência dos capuchinhos bretões no Brasil. Por enquanto, o que sabemos se restringe ao pouco que nos informam os raros documentos arquivais e os registros de um ou outro viajante que acrescentam algo àquilo que Martinho de Nantes nos informa de segunda mão.

À medida que decresce a influência dos capuchinhos bretões entre nós, por falta de esforços e apoio governamental, multiplicam-se as referências benevolentes aos seus confrades italianos, que vinham prestando relevantes serviços na Angola e cuja pátria não trazia as implicações da França de Luís XIV. Estes não pretendiam inicialmente estender a sua atividade ao Brasil, mas apenas fazer da Bahia uma estação de repouso e cura, aproveitando a escala que os navios da carreira de Angola faziam regularmente neste porto, tanto na ida como na volta.

A sua luta por um hospício na Bahia, infrutífera durante muitos anos, a despeito do apoio do Senado da Câmara⁶⁵, começou a mostrar vislumbres de êxito com o desfalecimento dos frades gauleses, a partir de 1687. Não seria compreensível que os capuchinhos italianos descurassem tão singular oportunidade e não cogitassem da posse de um convento pertencente à Ordem, no momento em que o último confrade bretão se retirava.

A desenvoltura de certos frades pregadores italianos e a vida edificante de todos que passavam pela Bahia, conquistaram-lhes a benevolência de boa parte da população. Nunca se lhes fizera restrição à permanência para tratamento, que o convento de Martinho de Nantes facilitara grandemente. Mas, a fim de que as reservas políticas para com os capuchinhos franceses não se refletissem nos italianos, o rei expediu a favor deles diversas recomendações aos governadores, desde o tempo em que o Convento da Piedade ainda estava ocupado pelos companheiros de Frei Martinho⁶⁶.

Uma das fontes para a crônica dos últimos anos dos capuchinhos bretões no Brasil veio a ser Frei Antonio Zucchelli, um dos capuchinhos das missões angolanas, que passou dois períodos na Bahia⁶⁷ e que, da sua permanência, consignou interessantes observações na sua *Descrição de Viagem*, tanto na ida como na volta⁶⁸.

Na sua ida ao Congo, em 1698, hospedou-se no convento de Frei Martinho com os frades franceses. Nada do seu registro trai então qualquer preocupação quanto ao próximo fim da sua permanência. À sua volta, da Africa, nos primeiros dias de 1703, soube que, semanas antes, os frades franceses haviam sido expulsos e embarcados para Portugal na recente frota⁶⁹, deixando o convento entregue ao governo.

É o embarque dos últimos companheiros de Frei Martinho, a que se refere a carta do Senado da Câmara ao rei, em 13 de outubro de 1702⁷⁰.

Já governava então D. Rodrigo da Costa⁷¹. Frei Antônio, em apuros por alojamento conveniente, foi procurá-lo, sendo por ele recebido com grande afabilidade. Ofereceu-lhe hospedagem no próprio palácio, onde poderia contar com tratamento adequado. Entretanto, o frade insistiu com tal firmeza no seu pedido de o deixarem morar no convento abandonado da Piedade, que o governador consentiu. Alí viveu seis meses e, tendo obtido suficiente melhora dos seus achaques, retornou à sua pátria.

Entrementes, desde a segunda metade de 1702, os carmelitas descalços, cumprindo ordem real, haviam tomado conta das missões deixadas pelos capuchinhos franceses. Algumas delas haviam sido providas, a título precário, pelos franciscanos, no governo de D. João de Lencastro.

Os carmelitas, além de exigentes, mostraram-se, porém, muito ineficientes e assim, em 1709, a pedido de Garcia de Ávila Pereira, o rei mandou entregar as antigas missões dos capuchinhos franceses aos seus confrades italianos, "por serem os mais úteis nelas"⁷².

De posse das missões não tardariam, por sua dedicação e cordialidade a fazer jus ao convento de Frei Martinho, que lhes foi entregue algum tempo depois, em data ainda não divulgada e ali se mantêm até hoje.

NOTAS

1. Os modestos comentários à nossa edição fac-similar do livro de Frei Martinho de Nantes. Bahia, 1952.

Faria, Francisco Leite de. O Pe. Bernardo de Nantes e as missões dos capuchinhos francêses na região do Rio São Francisco. In: Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 5. Coimbra, 1963. *Actas do...* Coimbra, 1965. v. 2, p. 251-95. Traz importantes achegas arquivais.

2. Primerio, Fidelis M. de, Frei. *Capuchinhos em Terra de Santa Cruz*. s.l.p., 1942. Transcrevendo, à p. 44, trechos de uma sua fonte, diz que viajaram num galeão espanhol. Não temos prova para refutar semelhante afirmativa. Lembramos, entretanto, que Portugal se libertara da dominação espanhola desde fins de 1640.

3. *Ibid.*, p. 46-8. A tradução fornecida por Frei Fidelis é muito deficiente.

4. Carta Régia de 14 de julho de 1646 ao Governador-Geral Antonio Teles da Silva, transcrita por Baltasar da Silva

Lisboa, nos seus *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1835. v. 7, p. 350, que reza:

"Antonio Teles. Eu el-rei vos envio muito saudar, na província de Pernambuco, tendo entendido an dam alguns religiosos capuchinhos barbados da nação francesa, missionários em a vila de Olinda da mesma capitania; e porque fui informado, que, edificados os portugueses de seu modo de vida e exemplo, os amam e fazem deles a estimação que é bem, vos encomendo muito que a este respeito e por serem religiosos vassallos de el-rei cris tianíssimo, os favorecereis em tudo que houver lugar, que se assim o fizerdes me haverei por bem servido. Escrita em Alcântara, 14 de julho de 1646.

Semelhantemente se escreveu ao Bispo".

5. Tratado de Paris, de 19 de junho de 1641, conforme o Visconde de Santarém em *Quadro Elementar*, tomo 4, parte 1, p. 32-6.

6. Nantes, *Relation...*, p. 63, 71.

7. Frei Martinho escreve *Ouracappa*, ou seja, *Uracapá*, na grafia portuguesa. É interessante ressaltar a penetração de nomes tupis na onomástica cariri do São Francisco. O nome da Ilha *Araçapá*, ou *Uracapá*, ao tempo de Frei Martinho, é o desenvolvimento local da palavra tupi *guaracapá-escudo*. Corresponde ao nome *rodela*, da tribo catequizada por Frei Francisco de Donfront, e, provavelmente, lhe veio dessa arma defensiva, que a diferenciaria das tribos vizinhas.

8. Frei Bernardo só publicou o catecismo cariri e português que, sendo embora bilingue, se ressentia da falta do vocabulário e da gramática, que não vieram à luz. O catecismo foi reeditado, em 1896, por Júlio Plätzmann. O Pe. Ma

miani, jesuíta, já havia publicado o seu catecismo cariri em 1698 e uma gramática em 1699, mas em outro dialeto. Ambas estas obras últimas foram reeditadas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Também Mamiani não chegou a publicar dicionário. Os estudos comparativos ficaram assim muito circunscritos.

9. Deve haver lapso nesta declaração de Frei Bernardo, já que ele só aparece no livro de Frei Martinho, como emissor do provincial (da Bretanha), em 1682. Começa então a tomar aulas de cariri, que Frei Martinho lhe ministra durante cinco meses. Como os últimos capuchinhos bretões se retiraram na frota de 1702, os 23 anos de catequese entre os cariris de Frei Bernardo se reduzem pelo menos a 20, mesmo que ele tenha sido dos derradeiros retirantes. Entretanto, essa permanência se reduz ainda mais, se Frei Bernardo é o capuchinho chegado do Brasil a Lisboa em 1700, ao qual se refere o Embaixador francês Rouillé, segundo insinua a mesma referência a *23 anos passados entre os cariris*. (Documento anexo nº 1, apud Faria, op. cit., p. 290-1).

10. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, 1945. v. 68, p. 3. - *Ibid.*, 1950. v. 88, 178-85, 204-7. 'veja anexos 2, 3, 4).

11. Abbeville, Claude d'. *Histoire de la mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan...* Paris, 1614.

12. Nantes, *Relation...*, p. 12,6, 228-33.

13. Veja as últimas linhas do livro de Frei Martinho, p. 233.

14. A ordem dada a Francisco Dias de Ayila foi confirmada ao Senado da Câmara, em carta de 19 de setembro de 1675, pelo Governador-Geral Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, que veio a falecer um mês depois. Veja *Documentos históricos*, v. 86, p. 207.

15. O Salitre é afluyente da margem direita do São Fran

cisco, e nele desemboca cerca de três léguas acima de Jua zeiro. Além dos cariris de Frei Martinho, Francisco Dias de Ávila dispunha de 120 homens. Os índios revoltados somavam cerca de seiscentos pelos cálculos de Frei Martinho.

16. O Coronel Dias de Ávila deu aviso ao triunvirato que então governava por morte de Afonso Furtado, indicando como data da vitória final o dia 19 de junho de 1676, afirmando "ter degolado 400 arcos e aprisionado seiscentas almas". (*Documentos históricos*, v. 86, p. 212-3). A 14 do mesmo mês, os governantes oficiaram ao Senado da Câmara, pedindo que a vitória fosse festejada com demonstrações públicas e com ofícios religiosos em todas as igrejas. (Ibid.).

17. Por motivo desconhecido, um índio frechou um branco, fato que, hábilmente exagerado, levou o Governador Roque da Costa a permitir uma expedição punitiva em 1678, e, depois da rendição, foram degolados 180 homens e levadas ao cati veiro 500 mulheres e crianças. (Nantes, *Relation...*, p. 122-5. - Leite, Serafim, SI. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, INL, 1945. v. 5, p. 289).

18. Faleceu a 26 de novembro de 1675.

19. O triunvirato ficou no governo até 15 de março de 1678.

20. Devia ser em fins de 1676 ou no início de 1677. Em 1678, alguns índios de Pambu, que haviam ido visitar seus parentes de Canabrava, foram com eles aprisionados por ocasião da referida expedição contra aquela missão dos jesuítas. Quem a seguir foi à Capital entender-se com o governador-geral, com o intento de libertá-los por serem inocentes, foi frei Anastácio, pois, os índios visitantes pertenciam à sua aldeia. Atendido pelo Governador Roque da Costa, que havia tomado posse do cargo em 15 de março de 1678, Frei Anastácio levou, além dos índios, um novo confrade, Frei José de Chateaugontier (*Relation...* p. 111). Como a ida deste,

segundo Frei Martinho, se deu (Ibidem) um ano e meio depois da transferência de Frei Anastácio, não é difícil fixá-la em fins de 1676 ou no começo de 1677, e a de Frei José na segunda metade de 1678, data que confere com o aviso jesuítico.

21. Nantes, *Relation...*, p. 138-41.

22. Ibid., p. 142.

23. Não vimos a ordem da Côrte, mas, em 14 de abril de 1680, o Senado da Câmara acusa o seu recebimento com as particularidades elucidativas. (Salvador. Câmara Municipal. Senado da Câmara. *Cartas do Senado, 1673-1684*. Salvador, Prefeitura Municipal, 1952. v. 2, p. 73-4. - Documentos históricos do Arquivo Municipal). A 6 de setembro de 1679, S. Alteza notificou, oficialmente, o noivado da Infanta em Lisboa, havendo luminárias e Te-Deum. (*Monstruosidades do tempo e da fortuna*. Lisboa, 1888. p. 317).

24. Dória, Antonio Álvaro. *A Rainha D. Maria Francisca de Saboia*. Porto, 1944. p. 329-33. Note-se que Dória dá o 23 de maio tanto como dia de saída de Lisboa como de chegada em frente a Nice.

25. Ibid., p. 338-9, 343.

26. Que a proteção prometida pelo regente, por exemplo, no alvará transcrito nos *Documentos históricos*, v. 27, p. 250-1, emanava mais exatamente da rainha, vê-se claramente na sua cassação depois da morte da soberana.

27. Infelizmente, Frei Martinho não tomou nota da data. Depois, não se atreveu a indicar dia e mês. Quanto ao ano de 1683, enganou-se redondamente. A declaração deve ter sido escrita em fevereiro ou março de 1680. Roque da Costa deixou o governo em maio de 1682.

28. Foi registrado na Bahia aos 30 de março de 1680, prova de Frei Luis de Tiffauges ter chegado à Bahia dias antes

e ainda, de Frei Martinho ter deixado a cidade em data anterior à chegada de Frei Luis, depois de uma permanência de mais de um mês. (*Documentos históricos*, p. 250-1).

29. *Ibid.*, p. 252-5. O registro do auxílio pecuniário real vai documentado até 1692.

30. Nantes, *Relation...*, p. 183-5.

31. Azevedo, Lúcio de. *Cartas*, v. 3, p. 456.

32. *Documentos históricos*, v. 68, p. 3.

33. *Ibid.*

34. *Cartas do Senado*, v. 2, p. 75-80

35. Nantes, *Relation...*, p. 190.

36. Esta declaração é prova de que Frei Bernardo ainda não convivera com os cariris, e parece indicar que, se veio ao Brasil em 1677, deve ter feito estágio fora da Bahia.

37. E não Poquim ou Poquiné, como escreve Primerio, *op. cit.*, p. 63, 365.

38. É quem por antonomásia era apelidado de Braço-de Prata, e não Francisco Teles de Menezes. Tomou posse do cargo a 23 de maio de 1682, segundo *Cartas do Senado*, v. 2, p. 108.

39. Como, pelas afirmativas de Frei Bernardo, ele deve ter chegado ao Brasil em 1677, talvez tenha estado em Pernambuco ou alhures antes de 1680. Como vimos na Relação de Frei Martinho, só aparece em 1682.

40. *Documentos históricos*, v. 27, p. 250-1.

41. *Cartas do Senado*, v. 2, p. 82-3.

42. Primerio, *op. cit.*, p. 125.

43. A mãe vontade da Câmara do Senado ressalta claramente da carta dirigida à Corte, que vem publicada nas *Cartas do Senado*, v. 2, p. 77-80, e nos *Documentos Históricos*, v. 88, p. 178-85. (Documento anexo nº 4).

44. Só conhecemos a derramada resposta do Senado, estampada nas *Cartas do Senado*, v. 2, p. 72-3. (Documento anexo nº 7).

45. Chegou à Bahia em 20 de maio de 1683. Veja Nantes, *Relation...*, p. 201 ss.

46. *Documentos históricos*, v. 88, p. 178-85. (Documento anexo nº 4).

47. Nantes, *Relation...*, p. 207.

48. *Ibid.*, p. 219.

49. Frei Martinho, ao escrever a sua Relação maior, diz, à p. 56, que embarcou em fins de agosto de 1686. Há nesta afirmativa, feita vinte anos após o fato, visível engano. Além de colocar, desta forma, o seu embarque no auge da epidemia da *bicha* que paralizou a Bahia, ele próprio se desmentiu quando primeiro aceita a passagem na fragata em que viajaria o Gov. Antonio Luis de Sousa Telo de Menezes, 29 Março das Minas, que só podia ter embarcado depois de 4 de junho de 1687, data em que deixou o governo. O seu segundo desmentido aparece nos dizeres das páginas 222 a 225, comparados com os da página 2. Frei Martinho nos diz ali que, logo após a chegada a Lisboa, foi apresentar-se ao Rei D. Pedro II e a seguir ao Nuncio Apostólico, que lhe pediu um resumo da sua vida de missionário, o que veio a constituir a primeira parte do seu livro. Ora, na segunda página deste capítulo, evidentemente escrito pouco depois da sua volta, Frei Martinho, referindo-se ao seu confrade Teodoro de Lucé, afirma que "morreu no ano passado de 1686". Portanto, esse resumo, além de feito ao chegar em Lisboa, é de 1687. Estes argumentos encontram plena confirmação no documento anexo nº 5, apontado na nota 53.

A lista ali referida, evidentemente da primeira metade de 1687, ainda dá Frei Martinho como residente na Bahia. Nem é concebível que tenha ficado mais de um ano em Lisboa, sem

apresentar-se aos superiores da sua província, depois de cientificado pelo próprio rei que o Brasil permaneceria fechado aos capuchinhos franceses.

50. Nantes, *Relation...*, p. 217.
51. *Ibid.*, p. 222.
52. *Ibid.*, p. 218.
53. Faria, op. cit., p. 287-8. (Documento anexo nº 5).
54. Nantes, *Relation...*, p. 226-7. O novo Arcebispo chamava-se Frei Manuel da Ressurreição. Chegou à Bahia em 13 de maio de 1688, e, aqui morreu a 16 de janeiro de 1691.
55. Compare a p. 177 com a p. 220 de Nantes, *Relation...*
56. Faria, op. cit., p. 259.
57. Antonil, André João. *Cultura e opulência do Bra*sil..., parte 4, cap. 1.
58. Faria, op. cit., p. 284-5.
59. Não era de todo infundada essa expectativa pois, de acordo com uma carta do Embaixador da França em Portugal, de 11 de dezembro de 1713 (veja Faria, op. cit., 285, nota 4), o Governador do Brasil Pedro de Vasconcelos cientificara o Rei de Portugal do instante pedido ao povo da Bahia por capuchinhos francêses. Mas, não nos esqueçamos que, além dos incidentes com a esquadra do Sr. Gennes, no Rio de Janeiro, em 1695, houve o ataque de Duclerc à mesma cidade, em 1710, e, finalmente, a sua tomada por Duguay-Trouin, em 1711. Esses incidentes deviam forçosamente redobrar a desconfiança contra os estrangeiros, principalmente contra os franceses, e provocar a revivescência da política do segredo a respeito das nossas riquezas, da qual o confisco do livro de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, é um reflexo.
60. Nantes, *Relation...*, p. 6.

61. Faria, op. cit., p. 291.

62. Frei Martinho, na primeira parte do seu livro, escrita em 1687, afirma à p. 6: "Francisco de Lucé, capuchinho, testemunha ocular, fez dele uma (descrição) muito exata".

63. Faria, op. cit., p. 289-90. (Documento anexo nº 8).

64. *Ibid.*, p. 251.

65. *Cartas do Senado*, v. 2, p. 57.

66. Veja, por exemplo, *Documentos históricos*, v. 83, p. 258-9.

67. A primeira vez na ida ao Congo, de 4 de maio a 3 de setembro de 1698, e a segunda na sua volta, de 3 de janeiro a 30 de junho de 1703.

68. Frei Antonio de Zucchelli publicou, em 1712, em Veneza, uma edição em italiano do seu livro entitulado: *Rela*zioni del Viaggio e missione di Congo nell'*Etiopia Inferio*re Occidentale. Em 1715, saiu em Francoforte-do-Meno uma tradução alemã, provavelmente feita pelo próprio autor, com o título: *Merckwuerdige Missions und Reise-Beschreibung nach Congo in Ethipien*.

69. Embarcaram na frota despachada em outubro em 1702. Nada indica, porém, que tenham sido expulsos. A lenta e gradual extinção dos seus estabelecimentos, que se estende por quinze anos, a contar da Ordem Régia de 1687, que vedava a entrada no Brasil a novos capuchinhos francêses, desmente semelhante suposição.

70. *Cartas do Senado*, v. 5, p. 43. (Documento anexo nº 6).

71. Governou de 3 de julho de 1702 a 8 de setembro de 1705.

72. *Documentos históricos*, v. 34, p. 310-1. - *Ibid.*, v. 95, p. 257-8.

ANEXO 1

Carta do Embaixador da França em Lisboa, es-
crita ao Governo de Paris em 21 de outubro
de 1700, propondo que se deixem vir do Brasil
os Capuchinhos franceses, que ainda lã esta-
vam.

Esta carta, escrita pelo Presidente Rouillé, que em
1700 era Embaixador da França em Lisboa, encontra-se em Pa-
ris, Archives Nationales, Affaires Etrangères, B.¹ 651, *Cor-
respondance consulaire de Lisbonne*, vol. 9, de ff. não nume-
rados, dispostos em ordem cronológica. O trecho que vamos
transcrever ocupa as cinco últimas páginas do original des-
ta carta.

Il est ariué (sic) icy du Brezil vn Capucin françois,
qui depuis vingt trois ans y etoit employé dans les mis-
sions, et qui a été obligé de quitter (sic) ce pays la par
raison de Santé.

J'ay crû a propos de me seruir de l'occasion de son

10. ...
11. ...
12. ...
13. ...
14. ...
15. ...
16. ...
17. ...
18. ...
19. ...
20. ...
21. ...
22. ...
23. ...
24. ...
25. ...
26. ...
27. ...
28. ...
29. ...
30. ...
31. ...
32. ...
33. ...
34. ...
35. ...
36. ...
37. ...
38. ...
39. ...
40. ...
41. ...
42. ...
43. ...
44. ...
45. ...
46. ...
47. ...
48. ...
49. ...
50. ...
51. ...
52. ...
53. ...
54. ...
55. ...
56. ...
57. ...
58. ...
59. ...
60. ...
61. ...
62. ...
63. ...
64. ...
65. ...
66. ...
67. ...
68. ...
69. ...
70. ...
71. ...
72. ...
73. ...
74. ...
75. ...
76. ...
77. ...
78. ...
79. ...
80. ...
81. ...
82. ...
83. ...
84. ...
85. ...
86. ...
87. ...
88. ...
89. ...
90. ...
91. ...
92. ...
93. ...
94. ...
95. ...
96. ...
97. ...
98. ...
99. ...
100. ...

retour pour connoitre plus particulierem.^t les sentimens du roy de P.^l sur le fait de ces Religieux, j'ay enuoié celuy cy saluer ce prince, luy rendre compte de l'etat des missions, et luy marquer combien elles auroient besoin qu'on y enuoiât des Religieux pour aider ceux qui restent la, qui sont reduits au nombre de Sept, repandus dans tout le Brezil, la plupart hors d'etat d'agir, les vns para leur âge anuancé, les autres par les jnfirmités que leur a causé le trauail de la mission; Sa M.^{te} P.^{se} le receut avec beaucoup de marques d'estime et de bonté, luy temoigna etre fort jnstruit du bien que luy et les autres Capucins françois auoient fait dans le Brezil, mas sur la proposition d'y enuoier du Secour (sic), jl s'expliqua netement (sic) qu'il ne changeroit rien a la resolution, qu'il auoit prise de ne plus admettre de Missionnaires estrangers en ce pays la.

Vne declaration si formelle ne laissant plus d'esperance a ceux, qui sont icy, d'y passer, ils ecriuent cet ord.^{re} a leur Prouincial pour luy proposer de faire reuenir ceux, qui y restent, qui ont demandé avec instance qu'on leur enuoiât des Religieux pour les Soulager, ou qu'on leur permit de reuenir; le Prouincial ne decidera rien aparament sic sur cela sans l'ordre du Roy, et comme j'ay crû que vous me ferirez peut-etre l'honneur de m'ecrire sur ce Sujet, je me donne celuy de vous dire par auant qu'il n'aura Seurem.^t aucun changem.^t a la determination de cette cour; on traite jcy cette matiere comme affaire d'Etat, l'aprehension (sic) que les Estrangers ne connoissent trop ce qui se passe au Brezil est le fondement des resolutions prises, et cette de fiance ne fera qu'augmenter, parce que tous les jours les P.^{ais} deuiennet plus foibles en ce pays la par la mauuaise maniere dont ils le gouvernement.

Il y a longtemps que ces Religieux souffrent (sic) la, ils y sont dispersés sans consolation et sans aucun exercice de leur religion; de les y retenir ne me paroist en rien du Seruice du Roy, et peut-etre vous paroistra il (sic)

de la grandeur de guerir les P.^{ais} de leurs faux ombrages en permetant (sic) aux Capucins françois d'abandoner (sic) vn pais, ou on les voit avec autant de peine qu'on deuroit leur Sçauoir gré du fruit qu'ils font.

La flote sic du Rio janeiro est ariuée sic, elle a aporté sic autant de tabac qu'on en atendoit (sic), et plus de sucre qu'on en esperoit; celle de la Baye de tous les Saints est encore atendue (sic).

Je suis.....

FONTE

Faria, Francisco Leite de. O Pe. Bernardo de Nantes e as missões dos capuchinhos francêses na região do Rio São Francisco. In: Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 5. Coimbra, 1963. *Actas do...* Coimbra, 1965. v. 2, p. 290-1.

ANEXO 2

laçais com que estas religiões se tenham nutrido, e a
na sua missão e vão continuando no introduzir nesses
rões o santo Evangelho, e assim certos particulares, a
a que não experimentam o de que se me pararam. Efecto de
Lisboa a 27 de Março de 1681. Príncipe. Conde de Val de
Reis Presidente. Para o Mestre de Campo General do Estado
do Brasil. Bernardo Vieira Naveas.

Carta de Sua Alteza sobre se tirar devassa dos
procedimentos de Francisco Dias de Avila.

Roque da Costa Barreto, amigo. Eu o Príncipe vos envio
muito saudar. Por carta de Frei Anastácio de Audierne Reli
gioso Capuchinho, francês, Missionário Apostólico, que as
siste na aldeia de Pambu nas Missões desse Estado, escrita
ao seu Vigário Provincial me foi presente o grande dano que
faz àquela Missão Francisco Dias de Avila, Donatário daque
las terras, perturbando a conversão daquelas almas e impedin
do o reduzir aquele gentio à luz da Igreja sendo este exer
cício tanto do serviço de Deus e meu para que aqueles ín
dios tenham conhecimento da fé que é o que eu tanto encomen
do. E por esta matéria ser tão gravíssima e de tanto escân
dalo me pareceu ordenar-vos mandeis tirar uma devassa, com
todo o segredo, dos procedimentos de Francisco Dias de Avila
e me deis conta com toda a brevidade para que nisto se dê
aquele remédio que convém e se proceda contra este sujeito
quando mereça a extorção com que nisto se houve; e enquan
to me não informardes como vos ordeno encomendo-vos muito

façais com que êstes religiosos não tenham nenhum estorvo na sua missão e vão continuando no introduzir nesses ser-
tões o Santo Evangelho, e assim tereis particular atenção a que não experimentem o de que se me queixam. Escrita em Lisboa a 23 de Março de 1681. Príncipe. Conde de Val de Reis Presidente. Para o Mestre de Campo General do Estado do Brasil. Bernardo Vieira Ravasco.

ANEXO 3

Os oficiais da Câmara da Bahia, em carta de 14 de abril dêste presente ano, escrevem a Vossa Alteza que por outra que Vossa Alteza foi servido mandar-lhes escrever, de 21 de agosto do passado, a favor dos religiosos capuchinhos da nação francesa viram o real e piedosissimo zêlo da propagação da fé com que Vossa Alteza só reduziu permitir-lhes o poderem naquela cidade fazer um hospício de 6 até 8 religiosos em ordem ao recolhimento dos que fossem das missões, insinuando-lhes Vossa Alteza na mesma carta haver sido um dos principais motivos desta permissão o abono que das virtudes e préstimo espiritual dos ditos religiosos haviam representado a Vossa Alteza os oficiais que naquele Senado havia servido o ano de 678.

Em cumprimento da vontade e resolução de Vossa Alteza, puseram logo o cumpra-se à Provisão que para êste efeito Vossa Alteza foi servido mandar passar aos mesmos Capuchinhos, sem embargos das evidentes e eficazes razões em contrário,

FONTE

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, 1945. v. 68, p. 3.

que para se fazerem presentes a Vossa Alteza foram propostas por muitas pessoas das mais inteligentes da nobreza e povo daquela cidade que para tal ato concorreram, como é costume ao rol da compra tangida a primeira a tenuidade de cabedais em que se acham aquêles moradores, os quais iam sempre em diminuição como era notório e o não poder por esta causa a terra suportar mais casas de regulares pobres que aquelas que atualmente sustenta pois além do convento que ali fundaram e prosseguiam os Carmelitas Descalços, eram quatro os Capuchos, portugueses, na cidade do seu Recôncavo, aos quais todos iam experimentando falta por não serem já para tantos equivalentes às esmolas.

A segunda razão o estarem principiadas naquela cidade quatro obras de arquitetura como era o Convento dos Carmelitas Descalços, o das Freiras de Santa Clara, o templo da Catedral e dos monges de São Bento, as quais tôdas se faziam a custa de esmolas, umas em todo outras em parte e por serem já as esmolas diminutas estavam estas obras muito retardadas e se esta dificuldade havia nas fundações já feitas, que dificuldade não padeceria uma fundação nova.

A terceira razão era que o intento destes religiosos notória e evidentemente não era da fundação de quantos bastem para o cumprimento de uma Providência de sua ordem e isto não convinha ao Estado do Brasil, assim por razão da tenuidade referida, em que hoje estava, como por outro razões políticas, que a seu tempo seriam manifestas.

Além de que tendo já diversas provincias naquele Estado os Capuchinhos paisanos, como se podia admitir em tão poucas povoações (e muitas delas pouco limitadas) outra nova provincia de capuchos estrangeiros, e ainda que contra estas razões parecia estar a de quererem os moradores admitir hospícios de capuchos italianos, corroboravam as contradições que humildemente ofereciam dizendo:

Que o intento dos italianos naquela cidade não era de

hospício quanto mais de provincia senão de um como hospital para cura e descanso breve dos seus missionários d'Angola, em ordem aos que iam de Europa para aquêles Reino, terem por êste meio mais cômoda e menos rigorosa viagem, e para os que Etiópia adoeceram, irem (por ser mais breve a navegação) a curar-se naquela cidade para dali voltarem a seu piedoso exercício, o qual hospital não não pediam para a assistência que de dois ou três religiosos, e a isto se acomodava mais a terra.

A 4.^a razão era (proposta por homens mais noticiosos e práticos assim no gênio das diversas nações do gentio, como em tôda a costa e interior do sertão de todo aquêles estado) ser muito necessária e útil e em nada ociosa tôda a cautela, que se applicasse a que os índios não tivessem comunicação com os estrangeiros, principalmente com septentrionais do qual já segundo diversas demonstrações, se podiam receiar que resultasse além de maior afeto para com uns, adversão e ousadia para com outros.

E que em diversas ocorrências de tempos (que tudo era possível) viessem inundações de gentio a favor de perturbadores ambiciosos e em total ruína de colonos obedientes, além de que como muitos daqueles homens do norte eram curiosamente cosmógrafos, e geógrafos, podia resultar desta curiosidade mais miuda averiguação assim da costa, cabos surgidouros e rios, como das serranias e campos do interior do sertão e que feita esta exploração, por passatempo, venha depois a servir de grande prejuízo que bem era verdade que de religiosos se não devia presumir tais consequências, porém, debaixo do ditamen (sendo tudo possível) eram persuadidos a representarem a Vossa Alteza estas razões em contrário e assim o faziam atendendo ao bem e conservação daquele seu estado certos de que em matéria tão importante nada era supérfluo.

Depois de recebida a dita carta fizeram petição a Vós

sa Alteza neste Conselho os ditos religiosos capuchinhos, em que dizem que reconhecendo a Câmara da cidade da Bahia a grande necessidade que tinham de um hospício para nêle se recolherem os missionários que passassem para o sertão se recolherem e se curarem de suas enfermidades e cobrarem forças para irem assistir as missões e serviço a Vossa Alteza, com grande instância e a rogos de todo o povo para que fôse servido conceder-lhes licença para edificarem o dito hospício, o qual Vossa Alteza foi servido conceder-lhes e passando-se em virtude dela as ordens necessárias para a Câmara, como para o Mestre de Campo General do Estado do Brasil, cujas cópias oferecem (havendo também consentido o Estado Eclesiástico pelo seu prelado e governadores, suposto que se pôs o "cumpra-se" nas Provisões de Vossa Alteza não quis a Câmara dar cumprimento a elas, antes escreveu a Vossa Alteza representando-lhe que a cidade estava muito pobre, e que não podia sustentar aos suplicantes, sendo que não foi esta a causa mas a de quererem introduzir e acomodar na dita cidade os missionários da missão de Angola, que são das províncias de Itália como também se justificava pela certidão do escrivão da Câmara, que ofereciam pela qual consta que o ano passado escreveu a mesma Câmara a Vossa Alteza lhe concedesse licença para se fabricar hospício para os tais missionários com que se convence de cavilosa a razão que dão a Vossa Alteza de que a cidade é pobre pois no mesmo tempo querem acomodar outros missionários contra o que no ano antecedente haviam escrito a Vossa Alteza, pedindo-lhes a licença para os suplicantes e contra as ordens da Sagrada Congregação de Propaganda Fides que distribuindo as missões do Estado do Brasil aos missionários da província de Bretanha, com que só eles podem exercitar a missão no Brasil e não os das províncias de Itália, além de ser contra a bora razão que se hajam de introduzir outros missionários, excluindo se aos suplicantes que há quarenta anos estão assistindo na quele Estado e tem o conhecimento necessário para poderem

exercitar as missões com mais fruto do que os que entrarem de novo, sem embargo de que o povo não é o que impugna aos suplicantes antes está bem com eles e os aceita de boa vontade e só uma pessoa de govêrno da dita Câmara por dizer que havia dado palavra aos padres de Angola, e é o que fez fazer a carta que se escreveu a Vossa Alteza, por ser pessoa poderosa e como tal acharam algumas pessoas que também se inclinaram a sua eleição e parece que havendo-se alcançado licença de Vossa Alteza a favor dos suplicantes esta só razão bastava para se não poder fazer impugnar quanto mais concorrendo a de serem pedidos pelo mesmo povo e estarem servindo nele há tantos anos.

Pede a Vossa Alteza que em consideração do referido lhes faça mercê ordenar à Câmara da dita cidade não encontrando o edificar-se o dito hospício na forma das ordens de Vossa Alteza, sem embargo da dúvida que representarem na sua carta, visto se convencer pela introdução que querem dar outros missionários e que seja com cominação de que encontrando-o direta ou indiretamente serão mandados vir emprazados e se proceder contra eles com as mais penas que parecer, estranhando-se-lhe por ora o haverem faltado ao cumprimento que se deviam dar às ordens de Vossa Alteza.

Com as consultas que a Vossa Alteza se fizeram sobre este particular, em que Vossa Alteza houve por bem conceder aos suplicantes licença para edificarem um hospício na Bahia, em que se recolhessem seis até oito religiosos, tomando-os debaixo de sua proteção e mandando-lhes dar de esmola para a obra dêle cem mil réis cada ano, por tempo de dez, se deu de tudo vista ao Procurador da Coroa e respondeu:

Que cada dia se experimentavam os inconvenientes que se resultam de se multiplicarem as fundações novas, e sendo estes manifestos nas que se fazem pelos naturais eram muito maiores nas que se permitiam aos estrangeiros, que com o assento e trato da terra tinham tôdas as noticias que podiam

servir aos interesses dos seus príncipes, que êle sempre re-
conhecera esta dificuldade, e a não omitira no requerimento
dos suplicantes e agora eram dignas de tōda a consideração
as razões que se propunham na carta referida, e mais que tō-
das.

A quarta razão porque com qualquer leve suspeita de que
os suplicantes introduzem nos gentios o amor dos seus natu-
rais e lhes expõem que êles poderão receber maiores conve-
niências eram dignos de uma severa expulsão, que êle dêste
particular não pode ter nenhuma notícia e havendo-se feito
alguma averiguação deal, se poderia recolher a maior certe-
za, sō diz que se deve temer êste perigo, agora assistem na
Bahia e Recôncavo, não se sabe qual será os que houverem de
vir depois dêles e por via de regra estas faculdades de hos-
pício se convertem logo em fundações de conventos como ti-
nha a experiência mostrado dentro, nesta mesma cidade, na
presença de Vossa Alteza, no que se permitiu aos religiosos
da Divina Providência que têm excedido tanto, sem que os re-
petidos decretos bastassem para se reduzir aos tēmos da sua
concessão.

E correndo êste pleito hã dias, ou muitos anos, no Dezem-
bargo do Paço, e no Juízo da coroa, nem em uma nem em outra
parte poderá ter algum efeito sequer para a averiguação da
verdade e que a vista destas considerações ordenaria Vossa
Alteza o que mais houvesse por seu serviço, advertindo que
nesta última petição dos suplicantes não introduzem nem fa-
cilitam a concessão que têm, enquanto dizem que é contra as
ordens da Congregação de Propaganda Fide, dificultando-se-
lhe esta concessão, porque o padroado das conquistas é *in*
solidum de Vossa Alteza por justo título e por breves abso-
lutos com que o direito de mandar missionários sō a Vossa
Alteza toca e a sua escolha e não à dita congregação, à qual
Vossa Alteza não é subordinado.

Ao Conselho parece que, visto Vossa Alteza ter concedi-

do aos religiosos franceses o poderem edificar um hospício
na Bahia, tomando-os debaixo de sua proteção, tendo Vossa
Alteza respeito à informação que deram os officios da Câmara
do ano passado dos procedimentos dêstes padres e do zêlo com
que se empregavam nas missões do sertão, e o que se seguia
ao serviço de Deus, dêste exercício, pois era êste o meio
de se conservar a muitos dos gentios na fé, pelo espírito com
que se applicavam à sua conservação, e forma com que os ins-
truiu na doutrina católica, deve Vossa Alteza ser servido
(sem embargo das razões que apontam os officiais da Câmara)
ordenar-lhes dêem cumprimento à Provisão que se lhes passou,
assim para a criação do hospício, como em ilhas assinalarem
sítio conveniente em que possam edificar e para se evitarem
escrúpulos, e tudo o mais que pode prejudicar ao serviço que
Vossa Alteza e da Coroa se deve declarar que a licença que
Vossa Alteza concede a êstes religiosos para fabricarem
hospício não é para outro fim que para nele se poderem aga-
salhar os que forem à missão e não para que sirva de conven-
to, que pelo tempo em diante queiram agregar outros para for-
mar província naquele Estado, que é o que os officiais da Câ-
mara representam para se lhes não conceder esta licença na
forma das ordens que lhes foram passadas, e juntamente pode-
rá servir êste hospício para recolhimento dos padres ita-
lianos da missão de Angola, quando para lá forem por via da
Bahia, assim como aqui nesta Côrte lhes serve quando vêm de
Itália para irem àquela missão o convento dos mesmos capu-
chos franceses.

E também se deve declarar a êstes religiosos que a con-
cessão que Vossa Alteza lhe fez de mandá-los às missões das
suas conquistas é graça meramente de Vossa Alteza, sem depen-
dência da Junta de Propaganda, porquanto os sumos pontífi-
ces por seus Breves Apostólicos, têm concedido aos reis e
príncipes da Coroa de Portugal a nomeação *in solidum* de man-
dar missionários às suas conquistas a pregar a fé aos in-
fieis, sem outra dependência mais que a de que forem servi-

dos escolher para as tais missões e que assim o entendiam estes religiosos e todos os mais que pretenderam a tal missão, e com estas declarações se fica satisfazendo as dúvidas e inconvenientes que apontaram os oficiais da Câmara da Bahia, como também ao reparo que fez o Procurador da Coroa sobre o ponto de dizerem estes Religiosos na sua petição que é contra as ordens da Congregação da Propaganda Fide dificultar-se-lhe esta concessão porque com estas advertências, formalmente declaradas, ficará tudo sem embaraços e escrúpulos, nem dificuldades, e conseguido o intento do serviço de Deus, que é o que Vossa Alteza só pretende e deseja.

Vossa Alteza mandará ordenar o que mais convier a seu real serviço. Lisboa, 3 de setembro de 1680. O Conde. Sã. Magalhães. Dourado. Cardoso.

À margem - Como parece. Lisboa, vinte e quatro de setembro de 1680. Príncipe.

FONTE

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, 1950. v. 88, p. 178-85.

ANEXO 4

Neste Conselho apresentou uma carta Freire Gabriel, religioso capuchinho francês, escrita ao seu vigário provincial de Frei Anastácio Audierne, religioso, missionário apostólico, que assiste nas missões do Brasil, na qual lhe refere que a êle toca o procurar por obrigação de seu cargo, e progresso daquelas missões e como custódio delas defendê-las contra o inimigo infernal que por tôdas as vias as intenta estorvar e quando o não fizesse, daria estrita conta a Deus da perdição daquelas almas.

Que era para louvar a Deus ver a facilidade, gôsto e fervôr, com que o gentio tomara a fê depois que lhe souberam a língua, largavam as suas abusões, envergonhados dos seus erros gentílicos, ouvindo-se nas aldeias só louvores a Deus, entrando tôdas as noites o terço a coros, grande reverência às igrejas, devoção particular a Nossa Senhora, e quando pediam alguma coisa era em seu nome, e já começavam a frequentar o Sacramento da Confissão de tal sorte que os

brancos davam graças a Deus de ver tanto progresso em tão pouco tempo, que o inimigo, buscando caminho para perder as almas, incitara ao Coronel Francisco Dias de Ávila, donatário daquela terra para estorvar este serviço a Deus e posto que sempre fôra contrário àquelas missões nas suas terras, não era com o excesso com que agora o fazia, pois se tinha declarado abertamente e reconciliado com eles a falsa fé para alcançar do Padre Frei Martinho uma certidão de que não impedia a missão e, depois de alcançada, tivera o rebuço da dissimulação para os perseguir às publicas mandando publicar nas suas terras, que havia de lançar delas a quem os favorecesse com esmolas ou ajudasse, lançando seis ou sete pessoas principais fôra dos partidos que tinham, por serem seus amigos, atemorizando os mais com este exemplo, sendo que não tem outro que lhes dê pasto espiritual senão eles mais de cem léguas a roda e da banda de riba mais 150 para os sacramentos da igreja, havia mais de três anos, que não houvera outros que os administrasse a mais de cinquenta léguas a roda.

Que agora mandou o dito Coronel para aquela Capela de Pambu um capelão Manuel da Costa Carrilhos, homem de vida escandalosa, o qual começara a amotinar o gentio contra eles, os quais depois perderam o respeito aos padres, tomaram as armas contra eles, e dando-lhes algumas pancadas, mandara-o chamar o principal da sua aldeia, chamando-o persuadi-ra a fugir para o mato com a sua gente, para que elle de en-fadado largasse a missão e como a maior parte deles, e os filhos estavam já batizados, os sossegara, e estando outra vez em bom caminho e indo batizando os adultos com grande fervor que tomavam a fé com muita alegria, voltando este padre da Bahia.

Mandara chamar outra vez ao dito Ricuthe (sic) e o persuadira com tanta eficácia para se ir que em termo de três dias fugiram alguns vinte e três casais cristãos e casados

em face da igreja e todos os mais estavam também para fugir e o protetor da fé, ficando um Ministro de Jesus Cristo feito ministro do diabo, tantos trabalhos baldados, e tantas esperanças perdidas e gente disposta a fundar uma cristandade pervertida por um sacerdote, impedindo os mesmos brancos a propagação da nossa Santa Fé, só por agradarem ao dito Coronel Francisco Dias de Ávila, metendo mil errôneas abusões ao gentio, até o persuadirem que se deixarem batizar os filhos morrerão e que o batismo os há de matar e para que se não possam queixar os ministros de Deus e de Vossa Alteza, dera o dito Coronel ordem de lhe mandar as cartas que lhe mandassem para a Bahia ou que dela lhe fossem, as quais manda se lhe parece, que se lhe tem humilhado muitas vezes com submissão menos conveniente ao seu estado, escrevendo-lhe sem poderem que se haviam como pastos e em certo impossibilitando-os para sustentar aquelas missões, as quais, pela extrema pobreza do gentio e distância das praças requeriam notáveis gastos, que já não podiam remediar com esmolas procedidas das suas ordens, sendo impossível contar em uma carta as vexações que o dito coronel lhe faz por tôdas as vias e daquele capelão pois não só a persegue no exercí-da sua missão, fazendo fugir o gentio para o mato, mas começara de aviventar seus excessos contra suas pessoas.

Que a vista da necessidade tão urgente buscasse os meios mais altos para remediar aquela desolada missão que uma repreenção que Vossa Alteza mandasse aquêlê coronel o fizera aquietar e remediaria tão grande apêrto, e quando os não provesse com tôda a presteza de tão necessário remédio, não se poderá sustentar a missão, pois a invidia dos inimigos vai fazendo pela perder e até aqui tem feito naquêlê sertão tôda a diligência para reduzir aquêlê gentio a Jesus Cristo, e já o demonio em grande parte ia perdendo o seu domínio por meio das verdades evangélicas, obrando naquêlê almas a nossa santa fé católica, e assim iriam cada vez mais

a eficácia da divina palavra, mas que a malícia dos homens pudera mais, e assim vendo que já não podiam contra ela, faziam esta última vontade, digo, diligência antes de largar tudo, pois a sua consciência não permitia deixar ao desamparo e perecer à míngua tantas almas cristãs que tanto trabalho lhes custaram a converter, sem primeiro fazer toda a diligência para procurar o remédio eficaz a tanta desordem.

Ao Conselho parece representar a Vossa Alteza a queixa deste religioso e dano que faz aquela Missão, Francisco Dias de Ávila perturbando a conversão daquelas almas e impedindo reduzir aquêles gentios à luz da igreja, sendo este exercício tanto do serviço de Deus e de Vossa Alteza em aqueles Índios, tenham conhecimento do verdadeiro Deus o que Vossa Alteza tanto encomenda.

E como esta matéria seja tão gravíssima e de tanto escândalo, deve Vossa Alteza ordenar ao Mestre de Campo Geral, Roque da Costa Barreto, que êle mande tirar uma devassa com todo o segredo de todos os procedimentos de Francisco Dias de Ávila, e dê conta a Vossa Alteza com toda a brevidade, para que nisto se dê remédio que convem e se proceda contra este sujeito, quando o mereça a exaltação com que nisto se houve.

E ao cabido deve Vossa Alteza mandar encomendar visto não haver prelado naquela diocese que êle faça recolher estes clérigos da aldeia, donde assiste para que não sintam estes religiosos aquela perturbação que referem e enquanto o mestre de campo geral não informar lhe deve Vossa Alteza mandar encomendar que êle faça com que estes religiosos não tenham nenhum estorvo na sua missão e não continuando no introduzir naqueles sertões o sacro evangelho e assim tenha particular atenção a que não experimentem o de que se queixam a Vossa Alteza.

Lisboa, 18 de março de 1681. O Conde. Malheiros. Te

les. Melo.

À margem - Como parece ao Conselho. Lisboa, 21 de março de 1681.

FONTE

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, 1950. v. 88, p. 204-7.

Note-se que neste documento se indicam os missionários, que estavam no Brasil, ou eram destinados para lá; pode ser que os quatro missionários, indicados nesta lista depois do Padre José de Ploermel, não tenham chegado a ir para o Brasil, pois o Padre Martinho de Nantes diz que em 1687, nem ele, nem nenhum dos outros missionários, pôde viajar de Lisboa para o Brasil(1). Contudo, o mesmo Padre Martinho disse sera pouco antes que os missionários eram oito e todos voltaram, depois dele, de Lisboa para a França(2).

(1) MARTIN DE NANTES, ob. cit., p. 227.

(2) MARTIN DE NANTES, ob. cit., p. 221.

Nomina Concionatorum Prouinciaie Britanniae Capuccinorum ad sequentes Missiones designatorum quorum approbatio à S. Congregatione de propaganda Fide postulatur.

(Indicam-se primeiro os missionários da Síria e da Palestina, que nos não interessam).

In Brasília

Custos F. Jacobus à Redon

In Pernembouc (sic)

Superior F. Josephus a Castrogonterio (de Châteaugontier)

In Riuulo a Januario

Superior F. Matheus a Subulco(1)

In Abbatia omnium Sanctorum(2)

Superior F. Bernardus Nannetensis (de Nantes)

Sacerdotes F. Macharius Nannetensis (de Nantes)

F. Martinus Nannetensis (de Nantes)

F. Paulus Avriensis (d'Auray, certamente)

F. Joannes Baptista Cruciliensis (du Croisic)

F. Gabriel Cenomanensis (du Mans)

F. Basilius a Faonet (du Faouët)

F. Bonaventura a Becherel

F. Paulus a Ploermel

F. Josephus a Ploermel

F. Joan' Euangelista ab Hennebont

F. Henri cus Laualensis (de Laval)

F. Alcelmus (sic) Cruciliensis (du Croisic)

F. Stephanus a Ploermel

In Ulissiponis Vrbe

Superior F. Gabriel à Seran (de Serent)

Vicarius F. Paulinus Redonensis (de Rennes)

Confessor Capucinissaram F. Bartholomaeus lemouicensis (de Limoges)

Sacerdotes F. Alexius a Josselin

F. Pacificus Redonensis (de Rennes)

F. Honoratus a Brest

F. Celestinus Cruciliensis (du Croisic)

F. Franciscus a Luce

F. Alexius Dinanensis (de Dinan)

F. Paulus a Chateaubriand

F. Joan Baptista Corisopitensis (de Quimper)

Laici F. Gilius a S.^{to} Macloueo (de Saint-Malo)

F. Gilius a S.^{to} Méens

F. Innocentius Briocensis (de Saint-Brieuc)

F. Eusebius a Lannion.

(1) Não sabemos por que razão a pequena povoação *Les Sables*, do "arrondissement" de Mamers, no "département" de Sarthe, é aqui indicada com o nome latino de *Subulcum* ou *Subuleus*.

(2) A expressão *A Bahia de Todos os Santos* aparece aqui traduzida para latim, como se fosse *Abadia de Todos os Santos*. Decerto influi o francês *la baie*, em francês antigo *la baye*, expressão que faz lembrar *l'abbaye*.

FONTE

Faria, op. cit., p. 287-8.

REGISTRO DA CARTA QUE O SE- / nado escreveu a
Sua Magestade / sobre os Frades Barbonos"

SENHOR" Nesta frota voltão para / esso Reino os Reverendos
Padres Capuchinhos / (Fls. 87) Capuchinhos Francezes que se
occu- / pavão em algumas das Missões / desta Capitania eas
sistião em / oHospício que por Ordem de VoSsa / Magestade
fundarão nesta Ci- / dade para Hospedagem dos seus / Missio
narios e dos Capuchinhos / Italianos das Missoens de An- /
gola ecomo por Ordem de VoSsa / Magestade se e encarregou
e enco- / mendou asuafundação neste / Senado pareceonos pre
cizo nes- / tasua retirada fazer presente / a VoSsa Magesta
de oadmiravel / procedimento que sempre aqui / tiverão eos
muitos serviços que / fizerão a Deos e a VoSsa Magesta- /
de de nos annos que assestirão nes- / te estado pois na ver
dade não / tiverão outro emprego em todo / este tempo mais
que na / converção das almas e educação e / doutrina dos In
dios eavendo- / se nisso com mui grande Ca- / ridade todo o

dezerteresse e incan- / savel Zello semjá mais se lhes / sa
ber falta nem sepouparem / (Fls. 87v) a trabalho algum e se
achou em to- / dos hum verdadeiro espirito devarões / Apos
tolicos esinaies evidentes de se- / rem escolhidos por Deos
para este / Ministerio do que damos conta" / VoSsa Magesta
de para mandar oque / for Servido Guarde Deos aVoSsa Ma- /
gestade Bahia eCamara treze de / Outubro demil setecentos
edous / João de Couros Carneiro osobscrevy / André Leitão
de Mello" Domingos / Affonço Certão" / Barboza da Franca"
Jozé Pires / de Carvalho" Manoel de Souza de Azevedo" —" —

FONTE

Salvador. Câmara Municipal. Senado da Câmara. *Cartas do
Senado, 1699-1710.* Salvador, Prefeitura Municipal, 1962.
v. 5, p. 43. (Documentos históricos do Arquivo Municipal).

ANEXO 7

Carta Escrita a Senho- / ra Rainha sobre os Frades / Capo
chinhos barbados da na- / ção Franceza = Senhora" / Reco
necendo evererando / honra eMercê deVossa Ma- / gestade
que Deos Guarde, / feita aestes seus Vassallos / os Offici
aes da Camara da / Cidade da / Cidade daBahia por Carta /
(Fl. 266 v.) sua de Vinte deJaneiro dopre- / zente anno com
aocupaçam / de seu Real Serviço em ofavor / que devemos ede
zejamos dar aos / Capuchinhos Francezes aos qua- / es Sua
Alteza que Deos Guar- / de concedo licença por Pro- / vizão
Sua para hum Hospi- / cio nesta terra cuja conseção / foi
também Servido declarar- / nos por Carta Sua puzemos / logo
o cumpra-se natal Pro- / vizão em ordem ao Breve / eFrades
do Hospicio por elle / consedido forem propondo / algumas
Pessoas da nobreza / ePovo desta Cidade as defi- / culdades
que havia para es- / ta obra para sefazerem pre- / zentes
aSua Alteza as Representamos nesta occazião notorias aodito
Se- / nhor como nos foi referido / digo Requerido para que
man- / dandoas examinar rezolveo / (Fl. 267) mais asertado

emais conve- / niente a seu Real Serviço nes- / ta materia
acujas Reaes or- / dens e as de Vossa Magestade se- / dará
sempre o devido cumpri- / mento que no interior lhe fal- /
ta pela Cauza referida, Guar- / de Deos a Real Pessoa de Vos-
sa Magestade como seus Vas- / sallos dezejamos, Bahia e Ca- /
mara quinze de Abril de / mil seis centos eoitenta ãnos"

FONTE

Salvador. Câmara Municipal. Senado da Câmara. *Cartas do Senado, 1673-1684.* Salvador, Prefeitura Municipal, 1952. v. 2, p. 72-3. (Documentos históricos do Arquivo Municipal).

ANEXO 8

Carta do Padre Bernardo de Nantes, escrita da Baía em 29 de Junho de 1691.

Esta carta foi publicada no *Mercure Galant*, número de Abril de 1692, nas pp. 18 a 26.

Comme vous aimez toutes les nouvelles qui nous viennent des Pays fort éloignez, je vous envoie une Lettre du Pere Bernard de Nantes, à present Superieur des Capucins de Per nambourg (sic) au Bresil, où il est depuis quinze ans. Elle est adressée au Pere François Archange de Laval, Capucin à Rennes. Vous remarquerez que le mot al- // (p. 19) // d'ee dont il se sert souvent dans cette Lettre, est Espagnol(1), & veut dire, Village.

Du Bresil, ce a9. Juin 1691.

Les nouvelles de ce Pays sont bonnes & méchantes. Ces derniers (sic) sont les maladies de peste, qui y regnent

depuis cinq ou six ans, & enlevent quantité de monde. Elles ont esté pronostiquées par trois ou quatre Cometes horribles que j'ay veues au haut du Fleuve de S. François, & qui ont esté remarquées de tout le Pays, avec quantité de Signes extraordinaires. Les // (p. 20) // Saisons mesme pariosent tellement changées, que l'Esté est un vray Hiver, & l'Hiver un Esté. De plus, la guerre continue toujours entre les Blancs, & les Tapuyas, Sauvages des Pinhanejos, Voisins de nos Aldées du Rio de Santo Francisco, & la disgrâce a voulu cette année que nos Indiens Gariris (sic) de l'Aldée d'Uracapa, où j'estois pour lors, et que j'avois envoyez avec les Paulistes pour combattre ces Sauvages, selon l'ordre du Gouverneur du Bresil, ont esté massacrez, en sorte qu'il n'en est échappé que quatre ou cinq, qui // (p. 21) // sont revenus blessez & percez de flèches. Cette perte apporte assez de dommage à la Mission, par la mort de certains Indiens qui estoient les plus habiles, & avoient beaucoup d'ardeur à contenir l'Aldée dans les devoirs du Christianisme, & entre autres le Fils du Gouverneur des Gariris (sic). Il avoit esté à Lisbonne, & avoit baisé la main du Roy en la compagnie du Pere Martin de Nantes, qui avoit pris soin de le faire bien instruire. Le pis que j'y vois, c'est que les autres Gariris (sic), Parens des defunts, veulent tous aller attaquer les Ennemis, pour mourir ou vaincre, & vanger (sic) la mort des leurs. Dieu veuille y mettre la main.

On est sur le point de rabaisser la Monnoye en ces quartiers, ce qui cause un murmure general parmy le Peuple, qui se voit à la veille d'estre reduit par là à une grande pauvreté, comme on l'experimente déjà au Rio Janeiro, selon ce que m'en a écrit le Pere Mathieu des Sables, Capucin. Les Sables, Capucin. Les bonnes nouvelles sont, une grande abondance de Sucre cette année dans les Angins (sic) & Dans les Ferres, où sont nos Aldées des Gariris (sic), & une fertilité // (p. 23) // & richesse de Legumes, & autres grains,

plus grande qu'on ne l'avoit encore veue. C'est ce que m'écrit de là le Pere Joseph de Chasteaugontier. Cette abondance generale a esté causée par une cheute presque continuelle de pluyes, & hors du temps qu'on l'esperoit, et par une inondation extraordinaire du fleuve de Saint François, qui comme le Nil en Egypte, fait par sa crue, selon qu'elle est grande ou petite, la fertilité ou la stérilité du Pays. Comme elle a esté demeurée surée cette année, elle a causé la perte de plus de deux cens mille animaux, // (p. 24) // tant Boeufs, que Vaches & Jumens, qui se sont noyez, l'eau ayant couvert les Isles où ils estoient. Je vous diray aussi pour vostre consolation que nos nouveaux Chrestiens croissent toujours en la connoissance et en l'amour de Nostre Seigneur. Ceux de l'Aldée de la Mere de Dieu ayant vû que le deluge avoit ruiné leur Isle avec toutes les maisons, ont fait depuis peu une nouvelle Eglise, & une maison pour le Pere Joseph de Chasteaugontier, qui y assiste presentement en ma place. Ceux de l'Aldée de Saint Antoine, qui sont dans une autre // (p. 25) // Isle un peu plus haut, ont dessein d'en faire autant; mais nous avons besoin de Missionnaires, pour aller chercher plus loin de pauvres aveugles; car au dessus de nos Aldées, & plus avant dans ces Terres, il y a encore plusieurs autres Nations, qui comme brebis égarées vont errant parmy les bois sans Pasteur; nuds comme des bestes, leurs moeurs d'Animaux demontant la forme humaine qu'ils ont. Ils cherchent seulement à boire, à manger, & à dormir, & se contentent pour leur nourriture des fruits agrestes que la terre produit d'elle-mesme. // (p. 26) // Tels sont sur les Isles du Fleuve les Vagarous, les Gulepes, les Vaiats, les Tamaorions, les Persennions, les Porcas, les Brancatourous; & dans les terres éloignées des deux costez du Fleuve, les Goegoes, les Umans, les Esracuis (ceux-cy me firent il y a près de quatre ans une Chapelle quand j'allay les visiter dans leur Pays, et ils ont un commencement de Christianisme) les Ansuns, les Saigos, les

elle, les voyelles et les autres que je serois trop long à
nommer. Je suis, &c.

(1) Ne sçait pas que la palavra *l'offe*, usada nesta car-
ta, assim como na relação do Padre Martinho de Santos vindo do
português *afideia* e não do espanhol *afide*, que nada tinha a
ver no Brasil.

FIM

Impresso na
Gráfica Universitária
Salvador - Bahia

